

EDITORIAL

LINGUAGENS, NEOCOLONIALIDADES E RESISTÊNCIAS

*E quando nós falamos temos medo
que nossas palavras nunca serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo.
Então é melhor falar
tendo em mente que não éramos
supostas sobreviver.*

Audre Lorde

A revista Asas da Palavra, volume 20, número um do ano de 2023, apresenta a seus leitores e leitoras o dossiê “**Linguagens, neocolonialidades e resistências**”, com o objetivo de estimular o debate acerca de iniciativas individuais ou coletivas de combate a relações de poder promotoras de modelos de exploração neoextrativistas e neocoloniais, fundados no racismo, nas assimetrias de gênero, e na desumanização daqueles que o sistema moderno colonial elegeram como seus outros, no Sul Global. Reunimos aqui uma série de estudos de natureza teórica e empírica sobre experiências que contemplam interfaces entre comunicação, literatura, arte e cultura e analisam questões relacionadas a gênero, interseccionalidade, decolonialidade, território/territorialidade, redes digitais e representação política.

Com este dossiê, desejamos contribuir para a reflexão sobre as dinâmicas de movimentos sociais, novas expressões de (r)existências, embates discursivos e como são representadas as lutas contra desigualdades econômicas, culturais, sociais, étnicas e ambientais na época contemporânea. Consideramos tais movimentos como parte do projeto coletivo que aspira, por meio do chamado giro decolonial, desestabilizar e confrontar a colonialidade do ser, do poder e do saber.

O horizonte da decolonialidade, em busca de outra ordem mundial, como assinala Nelson Maldonado-Torres, “é a luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço, subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente” (2020, p. 36). Essa luta é informada pela atitude decolonial, conforme o autor, crucial para o engajamento crítico capaz de fazer frente aos esquemas enraizados de dominação da modernidade/colonialidades, ou das neocolonialidades, como propõe o título do dossiê.



Longe de ser um projeto de salvação individual, porém, só pode se consumir de maneira coletiva e se desdobra em múltiplas frentes e dimensões: epistêmica, ativista, estética e até mesmo corporal. “Quando o condenado comunica as questões críticas que estão fundamentadas na experiência vivida do corpo aberto, temos a emergência de um outro discurso e de uma outra forma de pensar” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 47).

Os artigos reunidos neste dossiê transitam por essas múltiplas dimensões e têm em comum, como pano de fundo, a centralidade da linguagem e da questão discursiva, seja nas lutas sociopolíticas contemporâneas, seja em expressões culturais, literárias e artísticas. Em quase todos os textos, estão subentendidas, ou claramente explicitadas, as forças em disputa nas práticas discursivas.

Foucault já chamava atenção que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (2008, p. 10). Cada sociedade em diferentes épocas, de acordo com o filósofo, tem o seu próprio regime de verdade, segundo o qual se distingue o verdadeiro do falso e se atribuem ao verdadeiro efeitos específicos do poder. Há, portanto, um vínculo indissociável entre os discursos, o poder e os regimes de verdade vigentes em determinada época. São os setores hegemônicos que decidem o que é verdade e buscam de todas as maneiras, por meio de uma prodigiosa maquinaria, excluir todos aqueles que contra essa vontade de verdade se insurgem. Aqueles que a confrontam e buscam recolocá-la, fundando novos horizontes de significações. Trata-se, então, como percebemos nos textos deste dossiê, de projetar e lutar para fazer valer novos horizontes de significados na contração dos regimes de verdade que nos foram impostos ao longo dos séculos. Isso se dá em um duplo movimento que busca, ao mesmo tempo, instituir novas realidades e restituir a humanidade e o direito à palavra, no sentido freireano, àqueles a quem ela foi secularmente negada.

É possível identificar quatro blocos de afinidades temáticas no dossiê que leitoras e leitores têm em mãos: o primeiro deles, com os dois artigos que abrem esta edição, diz respeito à questão indígena, nos intensos embates contra a lógica perversa e devastadora do capital que avança sobre seus territórios e ameaça a sua própria existência, contra a qual esses sujeitos se articulam e tecem estratégias potentes de enfrentamento. Em outro bloco, com quatro artigos, as mulheres emergem como protagonistas das lutas deste início de século, embora continuem a enfrentar múltiplas formas de

violência, que vão de representações estereotipadas e persistentes, à discriminação, assédio e secundarização no mundo do trabalho e em outros espaços sociais. O mesmo se pode dizer de pessoas LGBTQIAP+, que (r) existem, ao enfrentar a patologização e investidas violentas de muitas ordens contra seus corpos e sua inscrição no espaço público, condição discutida em três dos artigos aqui apresentados. A literatura, a arte e a música produzida nos espaços periféricos nos contextos urbanos, este último como relato de experiência, são tematizadas nos demais textos, reiterando a importância da dimensão estética nos processos de descolonização do ser, do saber e do poder.

Iniciando o dossiê, apresentamos o artigo “‘Ocupar as telas e demarcar as redes’: juventudes indígenas e comunicação digital”, que busca apreender os sentidos produzidos por jovens indígenas sobre comunicação digital durante live do Acampamento Terra Livre (ATL), realizado pela primeira vez de forma remota em 2020, no contexto da pandemia da Covid-19. O texto aponta o protagonismo das juventudes indígenas na ocupação do ambiente digital para enfrentar a política de morte adotada pelo então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que afetou de forma particular e diferenciada os povos tradicionais da Amazônia e do país. Ao analisar os dados com base em epistemologia decolonial, as autoras Lorena Esteves, Rosaly Brito, Danila Cal, Nathália Fonseca e Rosane Steinbrenner, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFGPA), apontam que a comunicação é vista pelos jovens indígenas como um direito e também como um instrumento de luta, ao mesmo tempo em que institui novas temporalidades e horizontes nas lutas dos povos indígenas.

No texto “O lugar do indígena em vídeos de mobilização política: tensões entre subjetividades e regimes de visibilidade”, Thiago Almeida Barros e Edgar Monteiro Chagas Junior, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC/Unama), discutem a produção audiovisual de campanha de mobilização desenvolvida pela organização não governamental Greenpeace Brasil em aproximação com lideranças do povo Munduruku. Os vídeos em questão têm como protagonistas jovens indígenas de Sawré Muybu, que narram suas experiências cotidianas na aldeia e destacam seus pontos de vista sobre a ameaça de construção de hidrelétricas no rio Tapajós. Os autores avaliam se as produções abrigam processos de subjetivação política no campo das lutas ambientais, especialmente por inspirarem questionamen-

tos acerca de diferentes dinâmicas de representação política e elaboração de demandas de representação.

No texto “Do *Seringal* à *Terra Caída*: Amazônia infilmável no processo de adaptação da literatura à TV”, João Pereira Loureiro Junior e Carlos Augusto Sarmiento Pantoja, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFPA, analisam o processo de adaptação dos textos literários para a TV. Discutem os lugares comuns que marcam as representações sobre a Amazônia, a partir das obras *Terra Caída*, de José Potyguara, e *Seringal*, de Miguel Ferrante, adaptadas para a televisão na forma da minissérie *Amazônia - de Galvez a Chico Mendes*, de Glória Perez. Os autores identificam no discurso sobre o infilmável, termo usado no universo da adaptação, sobre a suposta impossibilidade em retratar a Amazônia na TV, uma “escolha ideológica excludente que a ‘enfeita’ para construir dela uma visão estereotipada, considerando a adaptação entre literatura e cinema/TV”. Argumentam que a ficção televisiva encobre a Amazônia como um “espaço profundo heterogêneo e discursivamente ‘infilhado’”.

A poesia de cordel brasileira é tomada como uma forma de conhecimento que resiste diante dos saberes institucionalizados pela autora Maria Gislene Carvalho Fonseca, do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no artigo “Tradição espiralar do cordel: tempo e oralituras tecidas em sua performance poética”. Partindo de uma postura epistemológica decolonial, o texto evidencia o apagamento e discriminação do cordel no âmbito da literatura canônica e dos saberes coloniais, centrados na escrita e em uma “epistemologia excludente”, como propõe Grada Kilomba, acionada no texto. A autora discute a temporalidade própria do cordel, baseada na ideia de um tempo espiralar, pensado como “oralitura”, em contraposição ao tempo linear e progressivo, trazendo uma contribuição importante à compreensão dessa forma de expressão tradicionalmente marginalizada.

No texto “A representação da mulher como diabólica: da caça às bruxas às narrativas orais”, a autora Sônia Regina Biscaia Veiga, do Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), faz um inventário das diferentes conotações que o termo bruxa recebeu desde tempos remotos e como os ideais das inquisições de relacionam com as histórias transmitidas oralmente ao longo de séculos. Em diálogo com Silvia Federici, a autora argumenta que o conceito de bruxaria surgiu para “culpar e retirar direitos das mulheres”.

A seu ver, a mulher não foi devidamente representada nas narrativas orais. Nos contos de fada, há duas formas extremadas de representação, em que a mulher ora aparece como boazinha e submissa, ora como cruel e invejosa, sintetizada na figura da bruxa. Tomando como exemplo as lendas de Florianópolis, a pesquisa demonstra a persistência, através das gerações, da representação das mulheres como diabólicas e más, que vem desde na época das inquisições.

As mulheres estão no centro da cena no artigo “Lutas, vozes e narrativas: as experiências das mulheres de Piquiá de Baixo”. A comunidade estudada, que mora em um bairro de Açailândia, no interior do Maranhão, é palco de conflitos socioambientais desde a chegada de empresas siderúrgicas na década de 1980, que poluíram a água, o ar e o solo. As autoras Idayane da Silva Ferreira, Roseane Arcanjo Pinheiro, Michely da Silva Alves, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA-Campus Imperatriz), e Patricia da Silva Araújo, da UFMA (Campus Imperatriz), entrevistaram mulheres que são lideranças comunitárias e analisam que as narrativas femininas têm sido uma das principais estratégias de comunicação e ferramenta política para que a comunidade obtenha seus direitos, a começar pelo processo de reassentamento do bairro. As narrativas revelam, conforme as autoras, “a auto-organização das mulheres em busca de saúde, bem-estar, moradia digna e reconhecimento de seus papéis”.

No artigo “A secundarização do trabalho feminino nos setores de TI e de costura pela ótica da comunicação”, Mayra Castro Vizentin, Yonara Santa e Roseli Figaro, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM/ECA/USP), discutem, a partir do binômio comunicação e trabalho, a divisão sexual do trabalho e a permanência da secundarização da força de trabalho feminina, com incorporação rebaixada e precarizada ao mercado de trabalho. Na pesquisa que ancora o artigo, foram ouvidas mulheres trabalhadoras, de um lado, do setor tradicional de costura, que alimenta a indústria têxtil em São Paulo e, de outro, no setor de TI, marca do capitalismo na era da plataformização. As autoras assinalam que em um e outro extremo da cadeia produtiva, o trabalho feminino continua a ser desvalorizado e rebaixado, nos velhos moldes da sociedade patriarcal, a despeito da falsa imagem de modernização trazida pelo uso intensivo da tecnologia digital no mundo do trabalho.

O ambiente profissional das jornalistas é tematizado por Janaina Lopes de

Amorim, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), e Thaisa Bueno, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA-Campus Imperatriz), no texto “Violência de gênero não escolhe cargo: as jornalistas chefes e o assédio no trabalho”, que focaliza o assédio sexual e moral vivido por mulheres que ocupam cargos de chefia nas redações de Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão, na região amazônica. O texto volta-se à discussão sobre o tripé gênero, violência e como se constroem as divisões sexuais no ambiente do trabalho no jornalismo. Os dados levantados na pesquisa de campo revelam que, mesmo que ocupando cargos de destaque na hierarquia das redações, as mulheres não escapam do assédio que, no entanto, afeta de maneira diferenciada as mulheres negras que galgam esses cargos.

Em “Psicologia feminista e grupos reflexivos em violências de gênero em uma clínica-escola”, Bárbara Araújo Sordi, do curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (Unama), relata a prática de grupos reflexivos que atuam com violências de gênero em uma clínica de psicologia universitária, no contexto do projeto “Sobre (Bem) Viver”. O projeto propõe-se como um espaço crítico em relação à psicologia tradicional, atendendo mulheres vítimas de violência doméstica e a população LGBTQIAP+. O artigo faz uma revisão bibliográfica sobre psicologia feminista e circunscreve sua discussão no campo da psicologia feminista contracolonial, propondo a metodologia das práticas circulares como técnica de facilitação. O projeto tem efeitos relevantes tanto junto à comunidade atendida, como também aos/às estudantes envolvidas que, segundo a autora, “desenvolvem lentes críticas, políticas e historicamente contextualizadas, que atravessam seus dispositivos terapêuticos”.

A reprodução de lógicas de opressão no ambiente laboral é discutida no artigo “A (in)visibilidade da pessoa LGBTQIA+ no mercado de trabalho: uma bibliometria na base de dados Scopus”, de Josué de Lima Carvalho, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e da Universidade da Amazônia (Unama); Thiago Haruo Santos Onuma Gomes, da UFRA; Ynis Cristine de Santana Martins Lino Ferreira, da UFRA; Ticiane Lima dos Santos, da UFRA; e Mário Vasconcellos Sobrinho, do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da Unama. Com base em revisão de literatura acadêmica sobre o tema, que recobre um período de mais de 30 anos, feita na base de dados Scopus, e na discussão em torno das hierar-

quias de gênero, o texto busca compreender como se dá a inserção das pessoas LGBTQIA+ no mundo do trabalho. A literatura analisada confirma que a divisão sexual do trabalho afeta também as pessoas dessa comunidade, que enfrentam restrições e dificuldades para ingressar no mercado formal de trabalho, fenômeno que não se restringe ao Brasil. Os autores argumentam que qualquer mudança nesse cenário só pode vir a acontecer se forem desenvolvidas políticas organizacionais que assegurem não só o ingresso, mas a permanência dessas sujeitas/os no ambiente de trabalho.

A temática LGBTQIAP+ também é tratada, sob outro enfoque, no artigo “Fissuras nos espaços público e político: um olhar pelo perfil de Érika Hilton no Twitter”, de Philippe Oliveira Abouid e Joana Ziller de Araújo Josephson, ambos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). Os autores postulam que as reverberações da atuação da deputada federal e ex-vereadora de São Paulo Érika Hilton, por meio das publicações em seu perfil no Twitter, provocaram fissuras nos espaços público e político brasileiro, graças às lutas por ela encampadas, tensionando “as conformações espaciais, histórica e estruturalmente hostis aos corpos negros, periféricos e LGBTQIAP+, também implicadas nas relações sexuais e de gênero”. A amostra analisada foi colhida em 2021, quando a parlamentar ainda ocupava seu primeiro mandato legislativo na Câmara Municipal de São Paulo. Na visão dos autores, constituiu-se um espaço político de resistência no perfil da parlamentar que transcendeu a ambiência do Twitter.

Por fim, o texto “Rap como dispositivo: relato sobre um grupo de adolescentes pretas/os e o fazer saúde”, de Samuel Germano do Nascimento Conselheiro, da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL); Elaine Cristina Tôrres Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP), do Centro Universitário Cesmac e da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL); e Marcos Ribeiro Mesquita, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (PPGCOM/UFAL), apresenta uma vivência de discussões em torno das questões étnico-raciais junto ao um grupo de adolescentes negros/as, que toma por base a experiência vivida por um de seus autores como residente em um programa multiprofissional em saúde da família de uma universidade estadual de Alagoas. O rap, prática cultural já presente no cotidiano dos adolescentes no território, foi usado como estratégia de aproximação da temática e como recurso de criatividade. Os autores consideram que sua utilização se revelou a metodologia ideal para o entendimento do racismo e para projetar

“modelos possíveis de negritude positiva”, com efeitos benéficos junto ao público jovem destinatário do programa de saúde.

Por meio desse breve panorama dos artigos reunidos neste dossiê é possível perceber que, na mesma intensidade com que os padrões neocoloniais reiteram e atualizam lógicas de dominação e opressão que parecem remontar a tempos imemoriais, os sujeitos e sujeitas que a elas estão submetidos, lhes opõem forte e incansável resistência. E promovem deslocamentos, angariam vitórias – ainda que parciais -, redefinem e subvertem as regras dos jogos de poder. Esperamos que a leitura desta edição da revista dê asas à imaginação de leitoras/es e lhes encoraje a sonhar com outros mundos possíveis.

Prof. Dra. Rosaly de Seixas Brito
Prof. Dr. Thiago Almeida Barros
Da organização do dossiê

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 27-53.